

CLASSE TRABALHADORA E OS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL

Maria Thereza Siqueira Carvalho¹

RESUMO: Identificar as implicações da crise contemporânea no mundo do trabalho é ressaltar a relação desigual entre capital e trabalho, que há uma ampliação da “questão social”, que a sociedade tem enfrentado cujo movimento político e econômico estão presentes afetando as relações sociais e culturais. O trabalho deve ser potencializador das capacidades humanas e não causador de adoecimentos, mutilações e mortes. Refletir acerca do trabalho e sua precarização na sociedade contemporânea é investigar os aspectos nefastos que estão submetidos. Por fim, discutir o controle social na área de saúde, sendo este um espaço que possibilita ao Assistente Social desenvolver um trabalho amplo e criativo.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Precarizado, Saúde do Trabalhador e Serviço Social.

ABSTRACT: Identifying the implications of the contemporary crisis in the world of work is to emphasize the unequal relationship between capital and labor, that there is an expansion of the "social question" that society has faced whose political and economic movements are present affecting social and cultural relations. The work must be potentiating human capacities and not causing illness, mutilation and death. Reflecting on work and its precariousness in contemporary society is to investigate the nefarious aspects that are undergoing. Finally, to discuss social control in the health area, this being a space that enables the Social Worker to develop a broad and creative work.

KEYWORDS: Precarious Work, Worker's Health, and Social Work.

INTRODUÇÃO

Em meio a tantas preocupações, estamos ainda vivendo sobre a sombra de retrocessos, cuja a luta pela esperança requer que a caminhada profissional do assistente social que ainda tem inúmeros desafios e superação.

Problematizar acerca do trabalho precarizado e seus rebatimentos na saúde do trabalhador é ressaltar o percurso histórico das origens até a contemporaneidade, destacar as profundas transformações societárias que perpassaram a trajetória do Serviço Social ao longo dessas décadas sobre vários e diversos aspectos, nesse entrelaçamento da profissão junto a realidade, cujo movimento é contínuo de relações e processos que perpassam a vida social.

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo ampliar a discussão acerca do processo de trabalho na crise contemporânea, entendendo que as condições, a organização e relação sociais de trabalho tem seus rebatimentos que interferem na saúde do trabalhador, cuja relação desigual do capital versus trabalho ampliam as expressões da “questão social”, sucumbindo assim, as relações sociais e culturais a partir do pressuposto político e econômico que envolve essas relações.

¹Assistente Social, graduada pela Universidade Federal Fluminense-Puro/Rio das Ostras.

Pós Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas de Assistência Social e Saúde-Fagoc-Niterói-RJ
E-mail: mariatherezasiqueira@gmail.com.



Tendo por base uma concepção crítica a partir do método histórico dialético objetiva desvendar a mera aparência quanto a violação de direitos do trabalhador quando este busca o sistema de saúde. Ao longo da história o trabalho teve e ainda tem um espaço central no mundo dos homens. Estudar alguns aspectos do rebatimento do trabalho nas condições físicas e mentais do trabalhador é conhecer a realidade desse trabalhador, compreender os principais motivos que faz com que o trabalho interfira na saúde do trabalhador, tipificar as doenças relacionadas, a formas de trabalho e também o que a legislação trabalhista assegura ao trabalhador quando este precisa se cuidar.

A precarização e retrocessos tem provocado aumento ao desemprego e condições de trabalho igualmente desumana, retirando dos trabalhadores seus direitos trabalhistas, fato este que se expressam nas novas expressões da “questão social” a todo momento se mostrando junto a realidade do trabalho profissional do assistente social.

Refletir acerca do trabalho e sua precarização na sociedade contemporânea é investigar os aspectos nefastos que os trabalhadores estão submetidos. Trabalho este que resulta em várias implicações desde a fragilização da saúde física e mental do trabalhador, que compreende vários aspectos dentro os quais podemos elencar: turnos de trabalho, a fragilização das relações sociais e familiares, agravando e intensificando a exploração da força de trabalho dos trabalhadores

As mudanças formais no mundo do trabalho que se deram nos últimos tempos requisita que nos apropriemos das pesquisas que contribuam para a interpretação da sociedade capitalista, pois que conhecer a realidade do trabalho e sua dinâmica é importante para conhecer os limites e possibilidades principalmente quanto a atuação dos assistentes sociais e assim trazer para o campo do debate que ainda o capitalismo contemporâneo não superou sua alienação. O capital é um sistema de controle estranhado do metabolismo social permeado de valores-fetichismo do mundo da produção, que tendem a disseminar-se pela vida social (ALVES, 2013:29).

Neste receituário de neoliberalismo a redução e ausência de investimentos as políticas sociais públicas que cada vez mais vem afetando a materialidade dos trabalhadores, tendo seus direitos sociais ainda mais destituídos de sua vida. Conjuntura que requer cada vez mais profissionais assistentes sociais comprometidos com o projeto ético-político a vincular-se ao processo de construção de uma nova ordem societária, que contribua para emancipação humana, eliminando a dominação e exploração de classe, etnia e gênero.

TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Iniciamos uma breve abordagem da centralidade da categoria trabalho, fundamental para apreendermos a forma como os membros de uma sociedade se organizam, como se



reproduzem, bem como estabelecem as relações sociais e como as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho ao longo do atual vigente sistema capitalista, que acirra as relações e competem entre os membros dessa sociedade e por consequência afetando a subjetividade dos sujeitos.

Segundo Barroco (2007), destaca que quando afirmamos a centralidade do trabalho na vida dos homens consideramos que é a partir dele que desenvolvemos nossas capacidades humano-genéricas, a “universalidade, a sociabilidade, a consciência e a liberdade”, que se refletem na construção de valores expressados em categorias sociais como, por exemplo, a cultura, a ideologia, a política. São categorias que interagem com o trabalho consolidados o processo de desenvolvimento dos homens. Pois, como afirma Heller:

O homem é um ser genérico, já que são produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (...) cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua consciência de nós. (HELLER, 1970: 21).

O trabalho na sociedade capitalista se dá numa relação de desigualdade de um lado os que detém os meios de produção (capitalistas) do outro os despossuídos dos meios de produção (trabalhadores), nessa relação desigual a riqueza socialmente produzida é apropriada não igualmente, prevalecendo a exploração do homem pelo homem.

Essa relação tão desigual imprime ao trabalho do trabalhador elementos compositivos do trabalho alienado com repercussão no modo particular de trabalhar e viver, a sociedade do fetichismo social.

As justificativas aqui apresentada reiteram as posições dos diversos autores que apontam a reorganizam ao processo produtivo capitalista contemporâneo como responsável pelas transformações no mundo do trabalho. Ao longo da história, o trabalho teve e ainda tem um espaço central no mundo dos homens. Sendo o trabalho uma práxis produtiva, pois que tem um papel central na construção do ser social, podemos daí pensar que o trabalho não é tão somente uma atividade de transformação da natureza exercida pelos seres humanos, esse trabalho que cria que transforma que produz também é responsável pela constituição dos homens em sociedade, portanto o que se propõe é analisar as relações e condições de trabalho também produtora de adoecimento.

Ao abordarmos a categoria trabalho, sua centralidade no mundo dos homens nos remete a algumas particularidades no capitalismo contemporâneo. Destacaremos a década de 1990, pois aparece um novo contexto no mundo do trabalho que traz consequências para a classe trabalhadora.

A participação do neoliberalismo provocaram efeitos nos processos de produção, reprodução e gestão da força de trabalho, acentuando desemprego, salários baixos,



precarizando as relações de trabalho. Nesse contexto aprofundam-se as desigualdades sociais, acelerando o processo de privatização, desregulando e flexibilizando as relações de trabalho, aumentando assim a competitividade e desarticulando o processo de luta da classe trabalhadora. Levando a insegurança e fragilizando as lutas sindicais.

Em um mundo que é tão falado a globalização, há evidentes contradições que faz confirmar a desigualdade social e a miserabilidade de grande parte da população brasileira, pois que a globalização foi para os mais ricos continuarem mais ricos.

Com a globalização tornou mais nítida a diversidade, um labirinto de incertezas que mesmo com o avanço das novas tecnologias e sociedade da informação, não diminui o desemprego, a informalidade, a precariedade do trabalho.

Dois fenômenos merecem atenção na análise da relação entre saúde e trabalho: as consequências da intensificação do trabalho verificada nos últimos anos sobre a saúde mental e física e as consequências do trabalho precário induzido pela subcontratação e pelas formas ditas "atípicas" de trabalho (tempo parcial, trabalho temporário, etc.) (HITARA, 2011:18).

A compreensão e análise da relação de trabalho no modo de produção capitalista são fundamentais pois que esse sistema introjeta nos indivíduos, na sua vida cotidiana a fazer escolhas, competir, consumir, essa hegemonia capitalista que nasce da relação trabalho e capital se estende pela totalidade social, isto é, ultrapassa o espaço de trabalho, acompanha os indivíduos como se fosse um apêndice de seu corpo. Não deixa de ser trabalho estranhado, vida suprimida movimentada por meio de valores-fetichê, que colonizam ainda os indivíduos

Vale destacar que estudos mostram que as relações de trabalho trazem seus rebatimentos na saúde do trabalhador, não são as causas físicas mais do que nunca temos visto o medo, a ansiedade, pressões ao cumprimento de metas a produção e resultados culminando em transtornos de relação psicológicas que atingem não somente aos trabalhadores mais também a família que também precisa ser cuidada.

Embora os avanços no campo de estudos sobre a saúde/saúde mental do trabalhador tenham sido significativos, é preciso admitir que isso ainda não garantiu aos trabalhadores o respaldo suficiente para que tenham direitos a benefícios em razão de adoecimento psíquico provocado em situação laboral. As mudanças efetivas ainda caminham a passos lentos, as condições objetivas e a organização do trabalho ainda precisa avançar. Segundo Marinho:

... entende que o sofrimento psíquico é o resultado de um conjunto de forças psicossociais e, desta forma, compreende que a melhora nas condições de vida, ambientais e de trabalho dos indivíduos são fundamentais para que se promova a saúde mental dos usuários. (MARINHO, 2012:41).

Assim, qualquer que seja a proposta que venha debater a saúde do trabalhador, não se pode desconhecer as relações de precarização que envolve o trabalho, não se pode desconectar dos ajustes econômicos. Ir para além da aparência é clarificar as relações e



condições de trabalho está potencialmente produtora de adoecimento na forma como se dá a organização do trabalho.

A mediação partindo da observação da realidade, nos permite transpor a aparência que se insere no cotidiano da vida dos trabalhadores e assim buscar fomentar as discussões acerca do adoecimento do trabalhador, suas causas e os direitos, fornecer subsídios para as organizações de trabalhadores voltadas ao universo do trabalho.

São grandes os desafios à frente para que se implante uma efetiva e democrática política social no campo da Saúde dos Trabalhadores a qual deve necessariamente partir dos níveis regional e local e da ampla participação social, mediante revitalização dos Conselhos e Comissões gestoras com participação da sociedade civil nos municípios, como os Conselhos Municipais de Saúde, buscando o aprofundamento da municipalização da saúde (LACAZ, 1997:15).

A precarização da saúde requer abordar as principais tendências na formulação das políticas de saúde no Brasil a partir da Constituição de 1988; bem como a relação público/privado na política de saúde, a Reforma Sanitária, o Sistema Único de Saúde, desafios para implementação do SUS na atualidade, modelos de gestão que perpassam a gestão de saúde, requer o olhar do assistente social na atualidade, sendo este também um trabalhador assalariado.

É fundamental apreendermos a forma como os membros de uma sociedade se organizam, como se reproduzem, bem como estabelecem as relações sociais e como as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho ao longo do atual vigente sistema capitalista, acirrando as relações e competições entre os membros dessa sociedade.

CONTROLE SOCIAL E ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

O controle social na área de saúde tem se apresentado como um espaço que possibilita ao assistente social desenvolver um trabalho amplo e criativo que tem em suas bases o projeto Ético Político Profissional, reconhece que esses espaços democráticos de controle social (conselhos, conferências, fóruns de saúde e de outras políticas públicas).

O controle social é um mecanismo de definição da alocação de recursos destinados às políticas sociais, decisão em relação a descentralização dos recursos.

O trabalho do assistente social está envolvido ao controle social em duas dimensões: primeiro como profissão que auxilia ao controle social e segundo é profissão capaz de contribuir para o exercício do controle dos setores populares sob as ações do Estado, para que esse atenda aos interesses da maioria da população.

Portando, a contribuição dos profissionais assistentes sociais nestes espaços de resistências reafirma o nosso projeto ético-político profissional na ampliação dos direitos da classe trabalhadora, pois que juntos/as no coletivo somos muitos/as em prol de reafirmar a seguridade social pública, estatal, universal e gratuita, é a defesa de direitos e a garantia pela informação à defesa e obtenção de seus direitos.



Conforme Bravo (2009) a ação do assistente social pode identificar no campo controle social duas direções:

A primeira tem sido desenvolvida pelos profissionais como apoio técnico ou técnico administrativo, ou seja, os profissionais dão suporte aos conselhos exercendo as seguintes atividades: elaboração da pauta e de relatórios da reunião, convocação das reuniões, organização da documentação. A segunda caracteriza as ações técnico políticas, desenvolvidas pelos assistentes sociais, junto aos conselhos e/ou segmentos dos conselhos que envolvem a democratização e socialização da informação, realização de pesquisas, ação sócio educativa. Elas configuram um trabalho de assessoria que, conforme foi sinalizado por alguns autores, não deve ser pontual, mas estar articulada com diversas ações (BRAVO, 2009).

É necessário aproximar o nosso conhecimento sobre o processo de trabalho em saúde, dessa forma, avaliar todo o processo não dissociando da realidade do trabalho. Entender as especificidades do processo de trabalho em saúde requer conhecer suas particularidades e implicações que envolvem toda as equipes de saúde, pois que o processo de trabalho é momento da transparência da subjetividade dos sujeitos, elementos importantes e relevantes que os profissionais não devem descartar, estrategicamente construir possibilidades de atenção ao usuários e a integralidade das equipes.

Ter a clareza que o desenvolvimento que temos no Brasil é o que concentra renda, aprofunda as desigualdades sociais e radicaliza as expressões da questão social, mais nem por isso nos impede que lutemos por um SUS que supere o modelo tradicional de saúde e sua forma de organização, nos importa a saúde coletiva. Porém, não sejamos ingênuos, temos um campo de muita tensão, perpassado historicamente e socialmente por lutas de interesses que assume disputas de projetos de alguns valores contra outros.

Enfim, na ponta do iceberg está o profissional assistente social no papel de protagonista de um novo fazer profissional, que requer informação e conhecimento afim de debruçar sobre as dimensões do trabalho-saúde na tentativa de efetivar emancipar socialmente e humanamente os sujeitos.

DESAFIOS À INTERPRETAÇÃO CRÍTICA

O trabalho profissional do assistente social neste contexto de crise, tem se posto como desafio, requer do profissional autonomia teórica, política, ética e técnica, exercitada pelo profissional, dadas as condições objetivas sobre uma dada realidade.

Para o assistente social trabalhar o objeto de intervenção a questão social e os fundamentos do trabalho profissional, é algo ainda complexo, ainda que estudemos o tempo todo na formação; a questão social perpassa todo o processo de formação e acompanha todo o processo de trabalho do profissional assistente social, quando temos profissionais que dizem sentir muitas dificuldades em fazer a mediações e apreender as contradições, de fato isso ocorre pois que esse cotidiano é de fato tensionado a todo momento.



Portanto, requer reconhecer que cada vez mais o Serviço Social defende uma autonomia que tenha princípios embasados na luta de classes, entender a democratização como um processo social de luta, de modo que as nossas escolhas profissionais sejam pelos interesses da classe trabalhadora pois também a ela pertencemos. E somos todos sujeitos de direitos.

“A saúde é um direito de todos e dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outro agravo e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (BRASIL, 2011:147).

Apontamos que questões relacionadas ao exercício profissional e que se manifestam no processo de atuação dos assistente sociais estão configuradas nas demandas de trabalho, nas requisições institucionais que muitas das vezes se apresentam de formas incompatíveis com a atribuição do Serviço Social.

São elementos que alteram conteúdos e significados, tanto as formas de organizações dos serviços como também as relações de trabalho, o que coloca as tarefas apenas como um caráter descritivo. Assim, o papel de assistentes sociais tem se colocado desafiador, tem requisitado deste profissional a ousar e inovar na construção de estratégias profissionais.

O trabalho do assistente social tem como objeto de intervenção a questão social manifestadas pelas desigualdades sociais oriundas da sociedade capitalista; viabilizar o acesso aos serviços e benefícios, contribuindo para a formação da consciência de proteção ao trabalhador e responder às demandas e reivindicações da população referente à saúde do trabalhador é contribuir para o aperfeiçoamento do processo de reconhecimento do direito aos benefícios por adoecimento e incapacidade, assim, é fundamental a implementação da política previdenciária sob a ótica do direito social e da cidadania.

A luta pelo Serviço Social fortalecido requer avançar na formação profissional, nas pesquisas, é preciso problematizar as determinações das políticas sociais sobre a profissão, o que acontece na prática, no cotidiano profissional precisa ser tratado nas aulas, ser de relevância e trazido para o debate. Sendo a base norteadora da pesquisa o Projeto Ético e Político da Profissão, a Política Teórica-Metodológica e a Técnica-Operativa que se faz presente no fazer profissional do Serviço Social.

As prerrogativas profissionais tem de ser discutidas na formação e também é importante chamar atenção aos campos de estágios, pois que muitos tem deslocado a teoria da prática, e o que o estagiário ver é o profissional dando respostas focalizadas, fragmentando a realidade. É preciso a clareza que o que se apresenta nos campos de estágio são problemas vivenciados por indivíduos e se não se faz o esforço de desvelar essas mediações, não chega as essas expressões da questão social.



Nesse tempo de capital-fetiche, reestruturação produtiva, tempo que as medidas neoliberal imperam, as expressões da questão social são cada vez mais obscurecidas na actualidade das aparências fenomênicas do ser social. A realidade é dada pelo imediatismo onde ser ver a aparência e não a essência. A bem sabemos que as expressões da questão social, elas não estão dadas a conhecê-las imediatamente, o assistente social tem que desvelar as largas mediações que são inerentes ao modo de ser dessa sociedade, para assim conhecer o que é realmente essas expressões da questão social. Pois, quando começamos o atendimento estamos atendendo as demandas do usuário, demandas estas que aparecem sempre como demanda do indivíduo, nesse cotidiano tão suprimido é dessa forma que muitas vezes há a culpabilização ao indivíduo.

Portanto, o profissional assistente social tem desvelar as mediações e contradições no sentido de aprender que aquilo que o indivíduo está trazendo como demanda outros também estão, este é o fato deles pertencerem a uma classe, que o que unes, esses indivíduos é na maioria das vezes fazem parte desse exército industrial de reserva, leia-se a Lei Geral de Acumulação de Capital.

As expressões da questão social nunca estão dadas, tomá-las pela aparência vai parecer ser um problema do indivíduo, e como o pensamento burguês trata? Fragmentando tanto no âmbito do pensamento como na fragmentação da respostas que são dadas, ao invés de termos a política social, temos as políticas sociais. Essas que se dão de cima para baixo.

Segundo lamamoto (2007b:78) afirma que o trabalho profissional comprometido com uma concepção crítica “pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública”.

É nesse sentido que cabe analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho, para não cairmos no messianismo, pois em nada contribui para o processo histórico em curso. A análise do contexto requer problematizar as dimensões técnicas e políticas que são pertinente ao modo como o trabalho se organiza e como repercute na saúde do trabalhador, inerente ao modo como o capital se desvela na produção de desigualdades econômicas e sociais.

No entanto, todo processo de trabalho realizado tem seus objetivos existenciais e sociais que envolvem os sujeitos, objetivos que podem ou não estar claros, cabe salientar que embora a complexidade se apresente muitas vezes no atendimento aos sujeitos, é partir dele que se objetiva a intervenção profissional do assistente social.

Segundo, Sanchez e Mota (2009:28) “a entrevista é um instrumento técnico-operativo que não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas um meio que favorecerá, num processo mais amplo, a avaliação social”. A entrevista permite a possibilidade de



coletar elementos que possa identificar as relações de trabalho, bem como identificar as demandas reprimidas que perpassa o trabalho na contemporaneidade, contexto de agravos, cujos rebatimentos interferem na saúde do trabalhador.

Ou seja, é o momento em que a forma de atuação e intervenção do fazer profissional do assistente social se difere de tantos outros profissionais da saúde, pois que o trabalho do assistente social na saúde visa romper com posturas individualizante e de culpabilização do indivíduo, é o momento que reconhece o outro como sujeitos de direitos e cidadania, entende que esse trabalhador pertence a uma classe social, logo, embora faça uso da técnica, imprime suas respostas sem tecnificação ou moralismo, portanto é um profissional que demanda um outro modo de produzir saúde, saúde coletiva. Luta por uma nova forma de gestão e uma política de saúde humanizada, contrária a que está posta, luta contra as privatizações, enfim luta pelo o direito à vida.

Dificuldades e limites se colocam presente, porém o conhecimento e desenvolvimento profissional devem ser apropriados pelos assistente sociais, a partir do seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político podem formular um novo caminhar no fazer profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, reconhecendo os desafios e as determinações que o Serviço Social enfrenta durante o seu processo de trabalho, e que a categoria conta com um aporte teórico para compreensão da realidade e a possível intervenção na mesma, cabe a problematização final: é possível imprimir as respostas para as demandas profissionais de forma que a mesmas não sejam naturalizadas nas relações sociais?

Os aspectos éticos é parte do reconhecimento da liberdade bem como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes: conhecimento crítico permeado por autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa dos direitos humanos, a ampliação da cidadania com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras. Comprometimento que permeará todo o fazer do profissional de Serviço Social.

Estratégias a serem construídas à partir de uma integração em saúde do trabalhador junto aos demais profissionais da vigilância em saúde e também com atenção em saúde básica, estímulo a participação de representações coletivas, que se organizem na promoção, na prevenção e vigilância dos processos e atividades de trabalho e a ampliação quanto a intervenção sobre fatores determinantes da saúde.

Podemos pensar que cada vez mais tem que se fazer um esforço de reflexão sobre o nosso exercício profissional, o nosso processo de formação profissional nos forma para isso, para exercer essa capacidade de reflexão, mesmo que muitas vezes a instituição nos



absorva, temos que identificar o momento para que se possa exercer a reflexão e pensar como que nós efetivamente estamos realizando o exercício profissional, pois também sofremos como trabalhadores que somos todos os reversos dessa forma de trabalho precarizado dessa sociedade. Daí, pensar quais são as estratégias e a prática que vamos formar na ponta, nesse sentido se torna cada mais fundamental ainda retornarmos cada vez mais o projeto ético-político como a diretriz da nossa formação profissional. São questões que precisam dialogar, até que ponto estamos exercendo a nossa profissão para potencializar as demandas do trabalho ou as demandas do capital.

Não podemos perder de vista que as transformações ocorridas e que continuam a ocorrer tem anuência do Estado brasileiro, que cada vez mais destituiu os direitos sociais e trabalhistas que foram conquistados pela classe trabalhadora. É um cenário que reduz as políticas sociais públicas, imprimindo uma política de saúde cada vez débil e frágil, tendo cada vez uma política de trabalho e renda focalista. É um global que não é universal, com isso temos cada vez mais trabalhadores inseridos na informalidade e excluídos do sistema de proteção social.

Portanto, se faz necessário resistência e organização a classe a fim de incluir atenção à saúde do trabalhador, uma vez que saúde do trabalhador não é tão somente saúde ocupacional, temos fatores de ordem política, social e econômica cujo reatamento se objetivam na saúde do trabalhador.

Temos um contexto adverso cujas políticas públicas precisam ser voltadas não somente para o trabalhador, mas a toda população que dela precisar, de caráter universal e que venha romper com políticas seletivas e focalista. Uma outra marca que devemos buscar é aprofundar em estudos e pesquisa a relação do Serviço Social com a classe trabalhadora, buscando resgatar este movimento a fim de identificar e construir estratégias que venham orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica.

Alguns traços das condições de trabalho do Serviço Social só é possível imprimir as respostas aos usuários quando os profissionais conseguem desenvolver as competências técnico instrumental e crítica no trabalho cotidiano.

Assim, apesar das dificuldades, condições e contradições que envolve o trabalho e os trabalhadores, requer cada vez que os profissionais de Serviço Social afirmem seu compromisso no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do projeto ético-político profissional, na defesa dos usuários do SUS, construindo estratégias coletivamente e resgatar o conceito ampliado de saúde, pois que saúde é ter liberdade para viver, viver em sociedade e ter sentimento que a vida vale a pena.



REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, CNDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. 45ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRAVO, M. I. S. **O Trabalho do Assistente Social nas Instâncias Públicas de Controle Democrático**. In: CFESS/ABEPSS (Org.). *Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História da Vida Cotidiana**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HITARA, Helena. Artigo: **Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão**. <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a02v24nspe1.pdf>. Acesso em 26/07/2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 11ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Artigo: **Saúde dos Trabalhadores: Cenário e desafios**. <http://www.repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/461/S0102-311X1997000600002.pdf?sequence=1>. Acesso em 26/07/2017.

MARTINHO, Mariângela Rodrigues. **O Trabalho e Transtornos Mentais: Uma análise da saúde mental dos petroleiros da Bacia de Campo frente às transformações no mundo do trabalho**. Monografia curso de Serviço Social. UFF/Rio das Ostras, 2012.

SANCHEZ, Maria Angélica dos Santos. MOTA, Gabriela Maia da Silva. **A entrevista social no processo de avaliação geriátrica ampla**. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, (UnATI. Impresso, v.12, p. 25-33, 2009).